Secretaria de Administração

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA CIVIL - EDITAL Nº 002/2026

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contrato celebrado com a FUNDAÇÃO CESGRANRIO, torna pública a retificação do Edital nº 001/2026 do Concurso Público da Polícia Civil, publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá, de 16 de setembro de 2026, páginas 16 a 69 que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido Edital.

1. No **ITEM 4.7. DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR DA INSCRIÇÃO,** INCLUIR o subitem **4.7.1.5 e seus subitens, com a seguinte redação:**

4.7.1.5. Pessoa com deficiência (PcD)

Para solicita**r a** isenção nessa condição, **nos termos do art. 5º, § 2º, da Lei Estadual nº 948, de 15 de dezembro de 2005,** o candidato deverá enviar, via upload:

a) Laudo Médico expedido no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses antes do início das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), a provável causa da deficiência, e assinatura e carimbo do número do CRM, assim como o Registro de Qualificação de Especialista (RQE) do médico especialista na área da deficiência, ou parecer de equipe multiprofissional, ressalvada a validade indeterminada prevista no **subitem 5.17** do Edital.

4.7.1.5.1. O pedido de isenção na condição de pessoa com deficiência não se confunde com a inscrição para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas deverá, também, declarar essa condição e enviar a documentação prevista no **subitem 5.5** deste Edital, no período de inscrições.

4.7.1.5.2. Poderá solicitar a isenção com fundamento no **subitem 4.7.1.5** o candidato que tenha apresentado, no período das 10 horas do dia 01/10/2026 às 23 horas e 59 minutos do dia 05/10/2026, pedido de isenção com fundamento em outra hipótese prevista no **subitem 4.7.1**, caso em que os pedidos serão analisados de forma independente, bastando o deferimento de um deles para a concessão da isenção.

2. No **subitem 4.7.2.1:**

Onde se lê:

4.7.2.1. O candidato que se enquadrar em uma das hipóteses previstas no **subitem 4.7.1** deverá solicitar a isenção do pagamento do valor da inscrição, exclusivamente pela internet, no período das 10 horas do dia 22/09/2026 às 23 horas e 59 minutos do dia 29/09/2026, observado o horário oficial de Brasília/DF, no endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br).

Leia-se:

4.7.2.1. O candidato que se enquadrar em uma das hipóteses previstas nos **subitens 4.7.1.1 a 4.7.1.4** dever**á solicitar a isenção do pagamento do valor da inscrição, exclusivamente pela internet**, no período das 10 horas do dia 22/09/2026 às 23 horas e 59 minutos do dia 29/09/2026**;** e **o candidato que se enquadrar n**a hipótese prevista no **subitem 4.7.1.5**, no período das 10 horas do dia 01/10/2026 às 23 horas e 59 minutos do dia 05/10/2026, observado o horário oficial de Brasília/DF, no endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br).

3. **No subitem 4.7.2.2:**

Onde se lê:

4.7.2.2. Para solicitar a isenção, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br), por meio do link referente ao Concurso Público, preencher o Requerimento de Isenção de Pagamento e enviar, exclusivamente via upload, no próprio sistema eletrônico de inscrição, imagem legível de todos os documentos comprobatórios exigidos para a respectiva hipótese de isenção, conforme estabelecido nos **subitens 4.7.1.1 a 4.7.1.4** deste Edital, inclusive a declaração prevista no Anexo III, quando aplicável.

Leia-se:

4.7.2.2. Para solicitar a isenção, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br), por meio do link referente ao Concurso Público, preencher o Requerimento de Isenção de Pagamento e enviar, exclusivamente via upload, no próprio sistema eletrônico de inscrição, imagem legível de todos os documentos comprobatórios exigidos para a respectiva

hipótese de isenção, conforme estabelecido nos **subitens 4.7.1.1 a 4.7.1.5** deste Edital, inclusive a declaração prevista no Anexo III, quando aplicável.

4. Nos **subitens 4.7.4.1 e 4.7.4.2**:

Onde se lê:

4.7.4.1. O resultado preliminar da análise das solicitações de isenção do pagamento do valor da inscrição será divulgado no dia 02/10/2026, no endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br).

4.7.4.2. O candidato que tiver sua solicitação de isenção indeferida poderá interpor recurso nos dias 05 e 06/10/2026, conforme o **Anexo II** deste Edital, exclusivamente no campo próprio destinado a Solicitações/Recursos, na área do candidato, no endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br).

Leia-se:

4.7.4.1. O resultado preliminar da análise das solicitações de isenção do pagamento do valor da inscrição será divulgado no dia 07/10/2026, no endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br).

4.7.4.2. O candidato que tiver sua solicitação de isenção indeferida poderá interpor recurso nos dias 08 e 09/10/2026, conforme o **Anexo II** deste Edital, exclusivamente no campo próprio destinado a Solicitações/Recursos, na área do candidato, no endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br).

5. No **subitem 4.7.5.1**:

Onde se lê:

4.7.5.1. O resultado final da análise das solicitações de isenção do pagamento do valor da inscrição, após a apreciação dos recursos, será divulgado no endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br), na data estabelecida no dia 13/10/2026, conforme o **Anexo II** deste Edital.

Leia-se:

4.7.5.1. O resultado final da análise das solicitações de isenção do pagamento do valor da inscrição, após a apreciação dos recursos, será divulgado no endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br), na data estabelecida no dia 16/10/2026, conforme o **Anexo II** deste Edital.

6. No **item 7. DA ETAPA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, no quadro do subitem 7.1.2 e no subitem 7.1.2.1 (Delegado de Polícia Civil) e no quadro que antecede o subitem 7.2.4 e no subitem 7.2.4 (Oficial Investigador de Polícia Civil):**

Onde se lê:

7.1. PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

TIPOS DE PROVAS	Conhecimentos	Quantidade de Questões	Duração da Prova	Caráter
PROVA OBJETIVA	Direito Administrativo e Legislação Complementar	10	05h30min	Classificatório e Eliminatório
	Direito Constitucional e Legislação Complementar	10		
	Direito Penal e Legislação Complementar	17		
	Direito Processual Penal e Legislação Complementar	17		
	Direito Civil/Empresarial e Legislação Complementar	05		
	Direito Tributário e Legislação Complementar	03		
	Direito Ambiental e Legislação Complementar	04		
	Medicina Legal	04		
	Criminologia	04		
	História do Amapá	02		

	Geografia do Amapá	02		
	Legislação Institucional	02		
PROVA DISSERTATIVA	Direito Penal e Legislação Complementar; Direito Processual Penal e Legislação Complementar; Criminologia e Medicina Legal	01		

7.1.2.1. A Prova Objetiva com valor total de 80 (oitenta) pontos, incluirá as seguintes disciplinas:

[...]

e) Direito Civil/Empresarial e Legislação Complementar: 5 (cinco) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 5 (cinco) pontos;

f) Direito Tributário e Legislação Complementar: 3 (três) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 3 (três) pontos;

[...]

j) História do Amapá: 2 (duas) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 2 (dois) pontos;

k) Geografia do Amapá: 2 (duas) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 2 (dois) pontos;

l) Legislação Institucional: 2 (duas) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 2 (dois) pontos.

Leia-se:

7.1. PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

[...]

TIPOS DE PROVAS	Conhecimentos	Quantidade de Questões	Duração da Prova	Caráter
PROVA OBJETIVA	Direito Administrativo e Legislação Complementar	10	**05h30min**	Classificatório e Eliminatório
	Direito Constitucional e Legislação Complementar	10		
	Direito Penal e Legislação Complementar	17		
	Direito Processual Penal e Legislação Complementar	17		
	Direito Civil/Empresarial e Legislação Complementar	04		
	Direito Tributário e Legislação Complementar	04		
	Direito Ambiental e Legislação Complementar	04		
	Medicina Legal	04		
	Criminologia	04		
	História do Amapá, Geografia do Amapá e Legislação Institucional	06		
PROVA DISSERTATIVA	Direito Penal e Legislação Complementar; Direito Processual Penal e Legislação Complementar; Criminologia e Medicina Legal	01		

7.1.2.1. A Prova Objetiva com valor total de 80 (oitenta) pontos, incluirá as seguintes disciplinas:

[...]

e) Direito Civil/Empresarial e Legislação Complementar: 4 (quatro) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 4 (quatro) pontos;

f) Direito Tributário e Legislação Complementar: 4 (quatro) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 4 (quatro) pontos;

[...]

j) História do Amapá, Geografia do Amapá e Legislação Institucional: 6 (seis) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 6 (seis) pontos.

EXCLUIR as alíneas "k" e "l" do subitem 7.1.2.1.

Onde se lê:

7.2. PARA O CARGO DE OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL

[...]

TIPOS DE PROVAS	Conhecimentos	Quantidade de Questões	Duração da Prova	Caráter
Prova Objetiva	Língua Portuguesa	08	05h30min	Classificatório e Eliminatório
	Raciocínio Lógico-Matemático	08		
	Noções de Estatística e Análise de Dados	08		
	Noções de Contabilidade e Análise Financeira	08		
	Noções de Informática	12		
	Direito Penal e Legislação Penal Especial	08		
	Direito Processual Penal e Legislação Processual penal Especial	08		
	Direito Constitucional	05		
	Direito Administrativo	05		
	Direitos Humanos	04		
	História do Amapá	02		
	Geografia do Amapá	02		
	Legislação Institucional	02		
Prova Discursiva	Redação	1		

7.2.4. A Prova Objetiva com valor total de 80 (oitenta) pontos, incluirá as seguintes disciplinas:

[...]

k) História do Amapá: 2 (duas) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 2 (dois) pontos;

l) Geografia do Amapá: 2 (duas) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 2 (dois) pontos;

m) Legislação Institucional: 2 (duas) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 2 (dois) pontos.

Leia-se:

7.2. PARA O CARGO DE OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL

[...]

TIPOS DE PROVAS	Conhecimentos	Quantidade de Questões	Duração da Prova	Caráter
Prova Objetiva	Língua Portuguesa	08	05h30min	Classificatório e Eliminatório
	Raciocínio Lógico-Matemático	08		
	Noções de Estatística e Análise de Dados	08		
	Noções de Contabilidade e Análise Financeira	08		
	Noções de Informática	12		
	Direito Penal e Legislação Penal Especial	08		
	Direito Processual Penal e Legislação Processual penal Especial	08		
	Direito Constitucional	05		
	Direito Administrativo	05		
	Direitos Humanos	04		
	História do Amapá, Geografia do Amapá e Legislação Institucional	06		

Prova Discursiva	Redação	1		

7.2.4. A Prova Objetiva com valor total de 80 (oitenta) pontos, incluirá as seguintes disciplinas:

[...]

k) História do Amapá, Geografia do Amapá e Legislação Institucional: 6 (seis) questões com valor de 1 (um) ponto cada, totalizando 6 (seis) pontos**.**

EXCLUIR as alíneas "l" e "m" do subitem 7.2.4.

7. No **Anexo I - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

Onde se lê:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

História do Amapá

1. História do Amapá. **2.** Ocupação e formação histórica do território amapaense. **3.** Povos indígenas e ocupação colonial. **4.** Disputas territoriais e fronteiriças. **5.** Presença francesa e portuguesa na região. **6.** Questão do Contestado Franco-Brasileiro. **7.** Laudo Suíço e definição das fronteiras. **8.** Formação do Território Federal do Amapá. **9.** Administração e desenvolvimento do Território Federal. **10.** Transformação do Amapá em estado. **11.** Formação política, econômica e social do Estado do Amapá. **12.** Mineração e desenvolvimento econômico. **13.** Aspectos históricos, sociais e culturais do Amapá. **14.** História contemporânea do Estado do Amapá.

Geografia do Amapá

1. Localização geográfica e limites. **2.** Divisão político-administrativa. **3.** Aspectos físicos. Geologia, relevo, clima, vegetação e hidrografia. **4.** Biomas e ecossistemas. **5.** Bacias hidrográficas. **6.** População. Formação e dinâmica demográfica. **7.** Distribuição espacial da população. **8.** Urbanização. Rede urbana. **9.** Migrações. **10.** Economia do Amapá. **11.** Extrativismo vegetal e mineral. **12.** Agropecuária, indústria, comércio e serviços. **13.** Recursos minerais. **14.** Infraestrutura, transportes e logística. **15.** Unidades de conservação. **16.** Terras indígenas. **17.** Fronteira internacional e faixa de fronteira. **18.** Questões ambientais. **19.** Desenvolvimento sustentável. **20.** O Amapá no contexto amazônico. **21.** Margem Equatorial e Bacia da Foz do Amazonas: aspectos geográficos, econômicos, sociais e ambientais.

Legislação Institucional

1. Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis — Lei nº 14.735/2023. **2.** Princípios institucionais, diretrizes, competências e atribuições das Polícias Civis. **3.** Organização das Polícias Civis. **4.** Carreiras policiais civis. **5.** Direitos, deveres, garantias, prerrogativas e vedações. **6.** Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Amapá. **7.** Organização, estrutura e competências da Polícia Civil do Estado do Amapá. **8.** Atribuições das unidades e dos cargos policiais civis. **9.** Direitos, deveres, prerrogativas, responsabilidades e regime disciplinar. **10.** Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá. **11.** Provimento, vacância, direitos e vantagens. **12.** Deveres, proibições e responsabilidades. **13.** Penalidades disciplinares. **14.** Sindicância e processo administrativo disciplinar.

Leia-se:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

História do Amapá, Geografia do Amapá e Legislação Institucional:

História do Amapá: 1. História do Amapá. **2.** Ocupação e formação histórica do território amapaense. **3.** Povos indígenas e ocupação colonial. **4.** Disputas territoriais e fronteiriças. **5.** Presença francesa e portuguesa na região. **6.** Questão do Contestado Franco-Brasileiro. **7.** Laudo Suíço e definição das fronteiras. **8.** Formação do Território Federal do Amapá. **9.** Administração e desenvolvimento do Território Federal. **10.** Transformação do Amapá em estado. **11.** Formação política, econômica e social do Estado do Amapá. **12.** Mineração e desenvolvimento econômico. **13.** Aspectos históricos, sociais e culturais do Amapá. **14.** História contemporânea do Estado do Amapá. **Geografia do Amapá: 1.** Localização geográfica e limites. **2.** Divisão político-administrativa. **3.** Aspectos físicos. Geologia, relevo, clima, vegetação e hidrografia. **4.** Biomas e ecossistemas. **5.** Bacias hidrográficas. **6.** População.

Formação e dinâmica demográfica. **7.** Distribuição espacial da população. **8.** Urbanização. Rede urbana. **9.** Migrações. **10.** Economia do Amapá. **11.** Extrativismo vegetal e mineral. **12.** Agropecuária, indústria, comércio e serviços. **13.** Recursos minerais. **14.** Infraestrutura, transportes e logística. **15.** Unidades de conservação. **16.** Terras indígenas. **17.** Fronteira internacional e faixa de fronteira. **18.** Questões ambientais. **19.** Desenvolvimento sustentável. **20.** O Amapá no contexto amazônico. **21.** Margem Equatorial e Bacia da Foz do Amazonas: aspectos geográficos, econômicos, sociais e ambientais. **Legislação Institucional: 1.** Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis — Lei nº 14.735/2023. **2.** Princípios institucionais, diretrizes, competências e atribuições das Polícias Civis. **3.** Organização das Polícias Civis. **4.** Carreiras policiais civis. **5.** Direitos, deveres, garantias, prerrogativas e vedações. **6.** Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Amapá. **7.** Organização, estrutura e competências da Polícia Civil do Estado do Amapá. **8.** Atribuições das unidades e dos cargos policiais civis. **9.** Direitos, deveres, prerrogativas, responsabilidades e regime disciplinar. **10.** Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá. **11.** Provimento, vacância, direitos e vantagens. **12.** Deveres, proibições e responsabilidades. **13.** Penalidades disciplinares. **14.** Sindicância e processo administrativo disciplinar.

Onde se lê:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL

História do Amapá

1. Formação histórica do território amapaense. **2.** Povos indígenas e ocupação do território. **3.** Disputas territoriais e formação das fronteiras. **4.** Contestado franco-brasileiro. **5.** Laudo Suíço. **6.** Criação do Território Federal do Amapá. **7.** Transformação do Amapá em Estado. **8.** Formação política, econômica e social do Amapá. **9.** Principais ciclos e atividades econômicas. **10.** Aspectos relevantes da história contemporânea do Amapá.

Geografia do Amapá

1. Localização geográfica e limites territoriais. **2.** Divisão político-administrativa e municípios. **3.** Aspectos físicos. **3.1.** Relevo. **3.2.** Clima. **3.3.** Vegetação. **3.4.** Hidrografia. **4.** Biomas e ecossistemas. **5.** População e dinâmica demográfica. **6.** Urbanização e organização do espaço. **7.** Atividades econômicas. **8.** Recursos naturais e mineração. **9.** Unidades de conservação e terras indígenas. **10.** Infraestrutura e integração regional. **11.** Fronteira internacional e faixa de fronteira. **12.** Questões socioambientais contemporâneas. **13.** Amapá no contexto amazônico e da Amazônia Legal.

Legislação Institucional

1. Lei nº 14.735/2023 — Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis. **1.1.** Princípios, diretrizes e competências. **1.2.** Organização básica das Polícias Civis. **1.3.** Cargos e atribuições. **1.4.** Direitos, garantias, prerrogativas, deveres e vedações. **1.5.** Atribuições do Oficial Investigador de Polícia. **2.** Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Amapá: organização, estrutura, competências, cargos, atribuições, direitos e deveres. **3.** Regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado do Amapá: direitos, deveres, proibições, responsabilidades e regime disciplinar.

Leia-se:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL

História do Amapá, Geografia do Amapá e Legislação Institucional:

História do Amapá: 1. Formação histórica do território amapaense. **2.** Povos indígenas e ocupação do território. **3.** Disputas territoriais e formação das fronteiras. **4.** Contestado franco-brasileiro. **5.** Laudo Suíço. **6.** Criação do Território Federal do Amapá. **7.** Transformação do Amapá em Estado. **8.** Formação política, econômica e social do Amapá. **9.** Principais ciclos e atividades econômicas. **10.** Aspectos relevantes da história contemporânea do Amapá. **Geografia do Amapá: 1.** Localização geográfica e limites territoriais. **2.** Divisão político-administrativa e municípios. **3.** Aspectos físicos. **3.1.** Relevo. **3.2.** Clima. **3.3.** Vegetação. **3.4.** Hidrografia. **4.** Biomas e ecossistemas. **5.** População e dinâmica demográfica. **6.** Urbanização e organização do espaço. **7.** Atividades econômicas. **8.** Recursos naturais e mineração. **9.** Unidades de conservação e terras indígenas. **10.** Infraestrutura e integração regional. **11.** Fronteira internacional e faixa de fronteira. **12.** Questões socioambientais contemporâneas. **13.** Amapá no contexto amazônico

e da Amazônia Legal. **Legislação Institucional: 1.** Lei nº 14.735/2023 — Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis. **1.1.** Princípios, diretrizes e competências. **1.2.** Organização básica das Polícias Civis. **1.3.** Cargos e atribuições. **1.4.** Direitos, garantias, prerrogativas, deveres e vedações. **1.5.** Atribuições do Oficial Investigador de Polícia. **2.** Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Amapá: organização, estrutura, competências, cargos, atribuições, direitos e deveres. **3.** Regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado do Amapá: direitos, deveres, proibições, responsabilidades e regime disciplinar.

8. No **Anexo II - CRONOGRAMA DE PROVAS E PUBLICAÇÕES**:

Onde se lê:

EVENTO	DATA/PERÍODO
INSCRIÇÕES E ISENÇÃO	
[...]	**[...]**
Solicitação de inscrição com isenção do valor da taxa, exclusivamente via internet	**22/09 a 29/09/2026**
Inscrições, exclusivamente via internet	**22/09 a 19/10/2026**
Resultado das impugnações contra o edital de abertura	**29/09/2026**
Resultado individual preliminar dos pedidos de isenção do valor de inscrição	**02/10/2026**
Prazo para interposição de eventuais recursos dos candidatos que tiveram a solicitação de isenção do valor de inscrição indeferida.	**05 e 06/10/2026**
Resultado definitivo dos pedidos de isenção do pagamento do valor da inscrição, após a análise dos recursos	**13/10/2026**
[...]	[...]

Leia-se:

EVENTO	DATA/PERÍODO
INSCRIÇÕES E ISENÇÃO	
[...]	[...]
Solicitação de inscrição com isenção do valor da taxa, exclusivamente via internet, para as hipóteses previstas nos subitens 4.7.1.1 a 4.7.1.4 do Edital	**22/09 a 29/09/2026**
Solicitação de inscrição com isenção do valor da taxa, exclusivamente via internet, para a hipótese prevista no subitem 4.7.1.5 do Edital	**01/10 a 05/10/2026**
Inscrições, exclusivamente via internet	**22/09 a 19/10/2026**
Resultado das impugnações contra o edital de abertura	**29/09/2026**
Resultado individual preliminar dos pedidos de isenção do valor de inscrição	**07/10/2026**
Prazo para interposição de eventuais recursos dos candidatos que tiveram a solicitação de isenção do valor de inscrição indeferida.	**08 e 09/10/2026**
Resultado definitivo dos pedidos de isenção do pagamento do valor da inscrição, após a análise dos recursos	**16/10/2026**
[...]	[...]

Macapá/AP, 30 de setembro de 2026.
XIRLENE DO SOCORRO DA COSTA
Secretária de Estado da Administração, em exercício
Decreto Nº 6859 de 28 de Setembro de 2026

SIG·Docs Autenticação Eletrônica
Cód. verificador: 985898865. Cód. CRC: 8488D3F
Documento assinado eletronicamente por **XIRLENE DO SOCORRO DA COSTA** em 30/09/2026, conforme decreto nº 0829/2018. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: https://sigdoc.ap.gov.br/autenticador